

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.314 - RS (2019/0302436-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADOS : DEISE CASPANI COLLET - RS051075**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : GUILHERME VIEIRA FREITAS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Agravo em Execução n. 0229826-19.2019.8.21.7000, em que foi **cassado o reconhecimento da remição de 63 dias de sua pena.**

Consoante descrito no acórdão inquinado coator, " o agravado se encontrava submetido ao regime fechado quanto teve deferida a remição de 63 dias de pena **em decorrência de trabalho artesanal**" (fl. 94, destaquei).

Todavia, o Tribunal local apontou que, "não obstante haver atestado (fl. 6) de que, no período de 3 de julho a 1º de abril de 2019, o agravado esteve vinculado à atividade 'Interno Artesanal', **tal documento não demonstra a carga horária do trabalho, tampouco especifica as atividades efetivamente desempenhadas**" (fl. 95, grifei).

A partir de tal premissa, concluiu que "a mera indicação de que houve labor do apenado não se presta à comprovação de que este foi prestado nos termos da Lei de Execução Penal" (fl. 95).

Dessa forma, percebe-se que a Corte de origem salientou a impossibilidade de se aferir em que condições foi prestado o trabalho, **dado que o atestado de efetivo trabalho não traz sequer informações acerca da carga horária laborada.** A esse respeito, ressalta a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que "[n]ão basta a apresentação do atestado de efetivo trabalho para que o apenado obtenha o direito à remição, **sendo**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**fundamental que a atividade atenda as exigências de jornada mínima, bem como de finalidade educativa e produtiva" (AgRg no HC n. 485.537/RS, Rel. Ministro Felix Fischer, 5ª T., DJe 3/4/2019, sublinhei).**

No mesmo sentido:

[...]

4.O entendimento nesta Quinta Turma está a se delinear no sentido de que **não havendo comprovação de que a atividade laboral do apenado foi desenvolvida de maneira supervisionada, sob fiscalização do estabelecimento prisional, não é possível aferir se foi atendido o caráter ressocializador da atividade.**

5. Não basta a apresentação do atestado de efetivo trabalho para que o apenado obtenha o direito à remição, sendo fundamental que a atividade atenda às exigências de jornada mínima, bem como atenda à finalidade educativa e produtiva.

6. Habeas corpus não conhecido (**HC n. 499.465/RS**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 27/5/2019, grifei).

Ademais, para se infirmar a interpretação apresentada pelo Tribunal *a quo* acerca dos requisitos para caracterização da continuidade delitiva, de forma a possibilitar conclusão diversa da exarada no acórdão vergastado, é necessário imiscuir-se no exame do acervo probatório, o que evidencia a **impossibilidade de este Superior Tribunal apreciar o pedido formulado no writ.**

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** este habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**